
Centro histórico, urbanismo e os processos de regeneração em Porto e Vila Nova de Gaia.

José Rio Fernandes - jariofernandes@gmail.com ;

Centro histórico, urbanismo, regeneração

Os conceitos de centro e de histórico, considerados aqui na sua tradução espacial, têm sofrido um evidente e notório processo de revisão, a que de resto sempre estiveram sujeitos estes e todos os conceitos. No caso, o que importa mais sublinhar é que a transição da sugestiva ideia de cidade monocêntrica, que marcou o discurso funcionalista do urbanismo e neopositivista da geografia, para a verificação de uma cidade mais complexa, levou a repensar o conceito de centro e das condições de centralidade, mesmo que há muito fossem conhecidas (ainda que raramente reconhecidas) as cidades policêntricas (veja-se o caso de Londres, “cidade de aldeias”).

Seja como for, o centro histórico, ou a parte mais densa e normalmente de mais antiga fixação pelo homem na “cidade consolidada”, é hoje uma parte ínfima de espaços urbanizados de considerável extensão, de uma metrópole explodida (na expressão de William Whyte dos anos trinta, hoje adequada a Portugal). Neste âmbito, a área definida como Centro Histórico do Porto para efeitos de classificação na ICOMOS enquanto Património da Humanidade com 1796 edifícios e cerca de 7000 habitantes, corresponde a menos de 1% da área de 10km de raio habitada por cerca de 1 milhão de pessoas, a qual é apenas uma pequena parte do Arco Metropolitano de 120km de extensão de Braga a Aveiro, onde reside mais de 1/3 da população portuguesa.

A abordagem urbanística aos tecidos antigos, no Porto como em muitas outras cidades, ficou marcada, ao longo do século XX, pela protecção de alguns imóveis (em regra por via da sua monumentalidade) e pela demolição de antigos e construção de novos imóveis, seja como resultado de muitas pequenas acções individuais, seja como acção pública orientada para a renovação de espaços mais ou menos alargados, tendo em vista a adaptação da cidade a novas formas de a habitar, em que a presença do automóvel e as crescidas necessidades de salubridade e conforto terão tido um papel essencial, a exemplo do que no Porto sucedeu com a área em torno do Largo do Corpo da Guarda, para a abertura da ligação ao tabuleiro superior da Ponte D. Luis, ou no Terreiro da Sé, com a demolição dos prédios que prejudicavam a vista e diminuían a grandeza da Catedral e do Palácio Episcopal.

Desta abordagem marcada pelo optimismo renovador se passou de forma relativamente rápida a uma outra, muito mais respeitosa da herança, em que as mesmas “casas velhas” passam a ser vistas como “imóveis antigos”, verificando-se também que o passado já não precisa de ser tão longo como antes para merecer atenção, nem ser necessariamente marcado por sinais do românico ou gótico.

Paralelamente, o turismo urbano, faz sentir a sua presença na generalidade das grandes cidades, o que é mais notável com o aparecimento e alargamento do conceito 'low cost' e cedo se verifica uma predilecção pelos espaços mais antigos, tendo por resultante urbanística, por vezes, intervenções forçadas de uma certa "turistificação", com cores e soluções orientadas essencialmente pela vontade de agradar o visitante.

Todavia, de uma forma geral, pode falar-se da situação do centro histórico nos anos 80 e 90 como marcada por um grave problema político, face ao estado deficiente do que se tinha herdado, como resultado de décadas de desvalorização, em contraste com a sua nova importância na perspectiva de uma sociedade mais preocupada com valores culturais e com a sua ligação à economia. Este é o caso do Porto que tomamos por referência, em especial a propósito das intervenções do Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo (CRUARB) e da Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) "Porto Vivo", esta fundada em 2004, numa altura em que se verificava que o Estado não detinha os meios, financeiros sobretudo, mas também regulamentares, capazes de resolver o desfasamento cada vez mais evidente, entre as necessidades (com o alargamento da degradação do edificado, do despovoamento e da desvitalização do tecido económico) e as expectativas (cada vez mais altas, na protecção e valorização de um espaço visto como essencial e não restrito à frente de rio).

Por isso, no Porto como em Gaia e noutros municípios, as SRU vão assumir um papel os agentes "facilitadores" da regeneração (conceito entretanto emergente), um pouco à imagem do que havia sucedido nos Estados Unidos, quando, nos anos prósperos dos anos 50 e 60, os principais processos de desenvolvimento urbano foram marcados por parcerias público-privadas, onde quase sempre o parceiro privado dominou. A propósito deste papel das SRU e das intervenções que comandam ou apenas acompanham, pretende-se reflectir sobre a regeneração urbana e o papel acrescido do espaço no desenvolvimento.

Parte-se do reconhecimento das cidades como "motores da economia" (JABOBS, 1969) e da relevância estratégica do espaço (SOJA, 2000), para considerar como o tecido antigo como especialmente propícios ao encontro, assim como o mais habilitado para fixar pessoas e actividades capazes de criar valor, além de constituírem regra geral lugares de elevada densidade ou espessura institucional e de valores culturais que só a cidade "tradicional" parece poder oferecer (HUTTON, 2008).

A cidade passa a ser vista, na "viragem cultural da geografia económica" (BARNES, 2001), como um recurso e alguns dos seus lugares, como os "centros históricos" como especialmente valiosos face a um novo localismo cheio de potencialidades (AMIN & THRIFT, 2002: 6). Neste quadro, além do turismo, outras actividades (ou grupos de actividade) adquirem uma nova força nas economias urbanas, com destaque para as "actividades criativas", muito ligadas ao cruzamento de ambientes culturais específicos com contextos cosmopolitas e contemporâneos. O despertar da cidade, sobretudo da área mais consolidada e "histórica", para um papel bem mais desafiante e relevante que o de mera montra da visita turística ou depósito do que o passado acumulou, associa-se à ideia de desenvolvimento e ao conceito de "cidade do conhecimento" (maugrado a cidade sempre ter sido lugar de conhecimento).

A intervenção sobre o edificado, preocupação maior nos anos 70 e 80, é hoje, em consequência, apenas uma das muitas dimensões da concretização de uma política de base espacial orientada para o desenvolvimento, tematicamente alargada. Nesta, o centro histórico – ainda há pouco desvalorizado pelas perspectivas pós-modernas e ridicularizado como o parque temático do consumo turístico –, viu-se de súbito transformado em território essencial numa competitividade internacional.

Apesar desta evolução, no Porto, o foco parece permanecer ainda muito centrado no senso comum que marcou os anos 80/90 e, em Vila Nova de Gaia, é especialmente evidente a adopção dos princípios do urbanismo dos Estados Unidos dos anos 60/70, centrado em acomodar as intervenções desejadas pelas grandes empresas, numa certa forma de “desenvolvimento por convite” (LEWIS, 1955). É especialmente a acção das SRU em ambas as margens do Douro que a comunicação pretende abordar, tendo como pano de fundo os princípios da regeneração urbana e as vantagens de abordagens tematicamente alargadas e integradas que valorizam a perspectiva espacial, assim como a oportunidade aberta por um novo ciclo de políticas urbanas, associado ao Quadro de Referência Estratégica Nacional (2007-2013).